

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CENTRO DE ESTUDOS

1989

DEPARTAMENTO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

3º CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

PROVA INICIAL

- 1 – Direito Administrativo
- 2 – Direito Processual Civil
- 3 – Direito Constitucional
- 4 – Direito Civil e Comercial
- 5 – Direito Tributário

ATENÇÃO:

- a prova somente poderá ser iniciada ao terceiro sinal e após conferência conjunta – fiscal/candidatos das folhas deste caderno de questões.
- não é obrigatória a utilização de todas as folhas do caderno de respostas.
- o rascunho será devolvido e inutilizado à vista do candidato.
- o caderno de questões permanecerá em poder do candidato.
- ao término da prova o candidato dirigirá-se à mesa fiscal, onde destacará o canhoto do caderno de respostas, o colocará em envelope fornecido pelo fiscal e aguardará que seja lacrado.
- não esquecer de assinar a folha de saída, com o segundo fiscal, apanhar sua identidade e o material que porventura tenha sido retido.

BOA SORTE

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão: (30 pontos)

Qual a diferença entre procedimento administrativo e ato complexo?

2ª Questão: (40 pontos)

Caracterizar a existência ou não de responsabilidade civil do Município e do funcionário em face de ato praticado com usurpação de competência e violador de direito subjetivo do particular.

3ª Questão: (30 pontos)

Ao empregado de fundação pública não educacional que igualmente ocupar cargo público administrativo é permitida a acumulação? E, em caso de proibição constitucional superveniente, assiste-lhe direito à indenização?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão: (50 pontos)

Distinga Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito, na ação e no recurso.

2ª Questão: (50 pontos)

Na contestação, aponte o que é defesa direta e o que é defesa indireta, explicando e exemplificando.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão: (50 pontos)

O Município determinou a preservação de determinado conjunto arquitetônico que, a seu juízo, possui valor histórico por ter sido a primeira sede da Prefeitura da localidade. O Estado, entendendo necessária a construção de uma estrada, desapropriou o referido conjunto.

Pergunta-se:

- a) É possível o Estado desapropriar bens do Município?
- b) O Município pode preservar bens limitando a atuação do Estado?

Fundamente a resposta.

2ª Questão: (50 pontos)

As matérias reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República podem ser objeto de iniciativa popular?

Fundamente a resposta.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão: (30 pontos)

PAULO e CAIO, o primeiro como comprador, o segundo como vendedor, ajustaram a compra de um imóvel, pelo valor de Cz\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), fora do Sistema Financeiro de Habitação, combinando a lavratura de escritura pública para o dia 16 de dezembro de 1988.

No dia apazado, PAULO compareceu ao cartório, sendo que CAIO, diante da impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, constituiu, para tanto, TÍCIO seu procurador, conferindo-lhe poderes para a outorga da escritura de venda, mencionadas na outorga todas as condições, inclusive de preço, que haviam sido avençadas pelas partes.

O tabelião se recusou a lavrar a escritura, declarando que a procuração devia ser formalizada por instrumento público, já que se cuidava de venda de um imóvel em que a escritura pública é da substância do ato.

Estava certo ou errado o tabelião?

Fundamentar a resposta.

2ª Questão: (30 pontos)

ADALBERTO adquiriu de JOÃO um touro da raça “Gir” destinado à reprodução.

Dez dias após transferir o animal para a sua propriedade, ADALBERTO constatou que o mesmo era portador de brucelose, doença que acarreta a esterilidade.

Considerando que não havia como detectar a doença quando da aquisição do animal, devido à fase de incubação do mal, pergunta-se: pode o comprador desfazer este contrato? Justifique a resposta.

3ª Questão: (40 pontos)

A firma PAF LTDA. tem quatro sócios e a gerência cabe a qualquer um, indistintamente.

O objeto social da firma é a compra e venda de peças e acessórios de automóveis.

A firma, representada por 2 dos seus sócios, vende um imóvel de sua propriedade para TÍCIO, pelo valor real de mercado.

Os 2 sócios que não assinaram a escritura, ingressaram com demanda judicial objetivando ver decretada a nulidade da compra e venda, alegando que os 4 sócios deveriam ter assinado a escritura.

Têm razão os 2 sócios autores da demanda na sua pretensão?

Fundamente a resposta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão: (50 pontos)

Lei municipal, publicada em 16 de maio de 1988, estabeleceu, entre outras providências relacionadas com o Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), a diminuição das alíquotas e das multas, a revogação de isenção incondicionada e sem prazo e a concessão de remissão de débitos de pequeno valor. Pergunta-se:

- a) As alíquotas e as multas previstas na lei nova podem ser aplicadas aos fatos geradores e aos ilícitos fiscais ocorridos em 1987?
- b) Quando se inicia a eficácia da revogação da isenção e a da remissão?

Fundamente a resposta, indicando também os dispositivos constitucionais ou legais que os amparem.

2ª Questão: (50 pontos)

Suponha que uma empresa de construção civil venha prestando no Município do Rio de Janeiro, desde julho de 1987 e continue a prestar até maio de 1990, serviços próprios de seus objetivos específicos, ao governo estadual, ao do Município do Rio de Janeiro, à TELERJ, ao Banco do Brasil S/A e à sociedade Lojas do Povo Ltda.

Esclareça se é devido o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) no período considerado, em relação a cada uma das pessoas jurídicas antes referidas.

Analise a questão e justifique as respostas, indicando também, mas não somente, os dispositivos constitucionais ou legais que as amparem.